Alteridade a partir das margens: o olhar ‘alheio’ da criança em Isabela Figueiredo, *Caderno de memórias coloniais* e Dulce Maria Cardoso, *O retorno*

Alterity from the margins: the ‘alien’ gaze of the child in Isabela Figueiredo’s *Caderno de memórias coloniais* and Dulce Maria Cardoso’s *O retorno*

Martin Neumann

Universität Hamburg
mhneumann@uni-hamburg.de

Palavras-chave: Alteridade, perspectiva da criança, retorno, “Literatura dos retornados”, Literatura e Memória, Isabela Figueiredo, Dulce Maria Cardoso.

Keywords: Alterity, Child’s Perspective, Return, Literature of the *retornados*, Literature and Memory, Isabela Figueiredo, Dulce Maria Cardoso.

Alteridade é um conceito com aspetos micro e macroestruturais que, pela sua grande amplitude, contém o seu próprio oposto, o conceito da identidade, abrangendo também, contudo, várias outras facetas de *otherness* (Madureira, 2008, p. 202). Em combinação com a noção de ‘margem’, pode ser visto como “un dehors qui dérange le centre, le trouble” (Dumas, 2017, p. 9); ou seja, como uma margem tão suscetível de ser integrada nesse centro, como, ao mesmo tempo, suscetível de alargar as suas fronteiras. É em volta destas reflexões que se situam as observações deste artigo: a alteridade do olhar infantil que é um olhar que provém das margens do mundo ‘normal’, da realidade quotidiana e adulta que nos cerca. Uma alteridade proveniente do interior da nossa sociedade. Provoca, inquieta a habitual perceção das coisas, simplesmente adotando uma perspetiva ‘oblíqua’ que é – pelo menos aparentemente – ingénuo ou inocente. Por isso, parece-me notável que os dois textos mais críticos que se confrontam com o problema do fim do Império colonial português (tanto em Angola como em Moçambique), sejam escritos numa perspetiva infantil ou adolescente. Sendo, sem dúvida, os mais famosos e os literária e economicamente mais sucedidos, ambos os textos (aliás um mais ou menos autobiográfico, o outro ficcional, mas baseando-se também em experiências pessoais) dão impressões vivas, ‘realistas’ da situação nas duas grandes colónias de Portugal em solo africano no momento do grande colapso do sonho imperial português nas províncias ultramarinas. Conseguem

fazer isto à primeira vista de maneira imparcial, ingénuo, até humorística. Isto não significa, de modo nenhum, que utilizar o procedimento narrativo numa perspectiva infantil seria uma escolha ‘inocente’; é claro que as crianças nos dois livros adotam as atitudes e opiniões colonialistas que os pais lhes inculcaram; elas utilizam, repetem o palavreado dos adultos, bem como mostram num primeiro momento os mesmos comportamentos e opiniões dos seus pais, sem os compreender verdadeiramente. Desta forma, muito pelo contrário, a perspectiva infantil oculta na maioria dos casos uma crítica às vezes acérrima do estado das coisas descrito nos textos. Amíúde, é uma forma de proteção contra as acusações de criticar situações extremamente difíceis ou lembranças dolorosas que os autores recorrem à perspectiva dum criança que é capaz, justamente, de criticar implicitamente, sem levantar um dedo moralizador. Uma criança vê a realidade, os acontecimentos, sem (ser capaz de) emitir um juízo sobre eles. Porém, é através dos seus olhos inofensivos que se revela o significado profundo de situações quotidianas que variam do ridículo ou mesmo grotesco até ao altamente dramático. Isto é, a perspectiva infantil apresenta, ao nível do discurso, grandes vantagens para falar de ou até sobressair alguns aspetos do mundo que descrevem, da história real, colonial.

Evidentemente, as nossas duas autoras não são as únicas a utilizar este procedimento literário. Desde o início do novo milénio, nota-se uma verdadeira proliferação de textos escritos na perspectiva de crianças; tanto que há vezes, que interpretam este facto como um indício da infantilização galopante da nossa civilização... Como *brainstorming* inteiramente pessoal: em *Extremely Loud & Incredibly Close* (2005) Jonathan Safran Foer relata os acontecimentos do dia 9 de setembro de 2001 da perspectiva de um rapaz de 9 anos; já em 2000, o autor costa-marfinense Ahmadou Kourouma tinha publicado *Allah n'est pas obligé*, as aventuras dum soldado-criança, escritas por ele mesmo; um dos mais fulminantes êxitos do italiano Niccolò Ammaniti foi *Io non ho paura* do ano de 2001, que conta a história iniciática do seu protagonista que tem 9 anos de idade; e finalmente surgiu *Oscar et la dame rose* (2002) de Eric-Emmanuel Schmitt, que esteve *en vogue* por muitos meses, inclusive em adaptação teatral (2003) e cinematográfica (2009). Estes exemplos, aliás completamente fortuitos, demonstram – diga-se de passagem – o enorme espectro de temas que podem ser tratados numa perspectiva infantil: tanto catástrofes, guerras, morte iminente – ou seja, experiências existenciais e/ou traumatizantes – como situações ‘clássicas’ neste género de textos, como por exemplo a iniciação ao mundo dos adultos.

A crítica é quase unânime na sua avaliação de que a perspectiva da criança inscreve-se numa longa tradição de perspectivas ‘enviesadas’, ou seja, perspectivas provenientes das margens da sociedade: os heróis picarescos como Lazarello de Tormes, Guzman de Alfarache, o Simplizissimus Teutsch ou estrangeiros, como os dois viajantes pérsicos de Montesquieu (Barth, 2009, pp. 142-145), seriam, pois, os precursores longínquos nas suas funções de ‘marginais sociais’, e, por isso, observadores ingénuos e sem preconceitos. Mas foi sem dúvida Marc Twain quem utilizou pela primeira vez, magistralmente, a astúcia da perspectiva cândida no seu romance *The Adventures of Huckleberry Finn* de 1884/85. Este texto conseguiu impor-se como modelo da narrativa na primeira pessoa, escrito pelo

próprio jovem Huck (ele mesmo), o que se revelou também um truque excelente para reforçar a veracidade das suas aventuras rocambolescas.

Considerando de mais perto as vantagens da perspectiva infantil, é preciso levar em consideração vários aspetos. O primeiro que queria aprofundar refere-se a certos fundamentos, por assim dizer, antropológicos. Uma criança¹ não faz a distinção entre si e o seu ambiente, porque se sente em unísono com ele. Além disso, uma criança vivencia exclusivamente o tempo presente, quer dizer nem o passado nem o futuro constituem para ela qualquer preocupação. Ainda não conhece muito bem o mundo e quase tudo é para ela motivo de novidade, de encanto (Barth, 2009, p. 141). A sua visão do mundo é, necessariamente, muito limitada, porque é caracterizada por enormes lacunas neste saber quotidiano e prático que as pessoas adultas adquiriram ao chegar à maturidade. Isso significa também a ausência de conhecimentos ou conhecimentos muito restritos de contextos emocionais, sociais, políticos, etc. (Barth, 2009, p. 148), tal como a incapacidade ou impossibilidade de reflexão sobre os acontecimentos vividos ou a sua contextualização. Este facto implica uma notável redução de complexidade, que, contudo, não vai contra a credibilidade do narrador infantil (Fischer, 1992, p. 91). Acresce que uma criança, ou seja, alguém em pleno processo de desenvolvimento e transformação contínua, faz quase a totalidade das suas experiências pela primeira vez (Pinford, 2001, p. 5, fala de *aesthetic innocence*), portanto age de maneira ingénuo, sem (pré-)meditações (o que lembra o autêntico *homme naturel* de Rousseau). Esta disposição antropológica não impede, aliás de maneira nenhuma, que uma criança não possa, no entanto, ser dotada de uma mente, bastante sensata, astuta e extremamente crítica que não faz, porém, ativamente julgamentos próprios, mas deixa o mundo julgar-se ele mesmo (Barth, 2009, p. 153). Assim, não surpreende que uma criança consiga passar e repassar muitos tipos de fronteiras as quais não seriam superáveis para uma pessoa adulta. O seu discurso, muitas vezes uma espécie de anti-discurso, é simples, não é complicado, nem artificial, nem hipócrita:

[Children] may wrest free words from some of their usual semantic burden, or they may recontextualize words more fluently than do other individuals. (Sokoloff, 1992, p. 24)

Destas reflexões básicas resultam várias particularidades do discurso infantil na literatura. Vamos começar com algumas observações narratológicas: o facto de a voz narrativa da criança ou do jovem adolescente apresentar aconte-

¹ Em princípio era sempre preciso dizer ‘criança ou jovem adolescente’, mas desisto do uso dessa fórmula dupla. Spielmann, 2002, p. 10 escreve a propósito desse problema: “Eine genaue Unterscheidung zwischen Kinder- und Jugendlichenfiguren ist aber schwierig, weil die meisten Autoren das Ende der Kindheit individuell definieren; weder gilt ein bestimmtes Alter als Grenze zwischen Kindheit und Jugend, noch ist die körperliche Entwicklung in vielen Romanen relevant.” (“Uma rigorosa distinção entre o perfil de criança e adolescente é, porém, muito difícil, porque a maioria dos autores define o fim da infância de maneira muito individual; tão pouco é plausível delimitar como fronteira entre infância e adolescência uma certa idade, nem é relevante o desenvolvimento físico em muitos romances”).

cimentos na atualidade que se passam diante os seus olhos (aspecto da *histoire* de Genette, 1972), não a obrigam, justamente, a ter em consideração a forma como os relata (aspecto do *discours* de Genette, 1972) e isso convêm exatamente à sua situação ‘antropológica’. Ele é ao mesmo tempo o ator e o observador de sua própria história. Daí a sua ingenuidade, o seu encantamento, a sua candura sem afetação, a franqueza das suas reações, e, por isso, a impressão do lado do leitor – aliás muitas vezes demasiado superficial – de que esta perspectiva reduz, sem esforço nenhum, a complexidade do mundo que nos rodeia e concentra-se nos problemas estritamente essenciais (Barth, 2009, p. 141). Outra nota em margem – também bastante evidente: em relação à sociedade, na qual tem de integrar-se e conformar-se, mais cedo ou mais tarde, a criança permanece uma espécie de estrangeiro, a sua perspectiva é extradiegética, ela tem um olhar alheio:

While [a child] is still being socialized it may be considered as existing on the margins of adult society, and its perspective, however provisionally, is that of an outsider. (Pinfold, 2001, p. 4)

Graças a isto, o leitor raramente põe em dúvida a veracidade e a credibilidade dos factos que uma criança observa, percebe, conta; até uma certa falta de respeito produz em efeito ‘autenticante’. Por outro lado, este truque traz consigo o facto do narrador infantil apelar implicitamente para as emoções do leitor, envolve-o mais profundamente na sua história e, com isso, dirige em grande escala a simpatia do leitor, às vezes de maneira inconsciente. Por esse motivo, o leitor reage com mais compreensão, mais tolerância, maior benevolência e indulgência (Spielmann, 2009, p. 27). Habitualmente isto causa uma maior percepção por parte do leitor que o provoca a uma re-avaliação das suas próprias atitudes, sentimentos, opiniões, resultando numa compreensão nova, ou até (possíveis) reajustes de pontos de vista. Como *defamiliarizing device* (Pinfold, 2001, p. 4) a perspectiva da criança oferece, aliás, inúmeras vantagens devido ao facto de ela não acusar abertamente. Um observador cândido, que ignora tantas coisas, não precisa adotar um tom moralizador (do qual nem seria capaz), ele revela as realidades como as vê, sem distorcer nem deformar os factos e, sobretudo, sem acrescentar quaisquer julgamentos. A perspectiva infantil é por assim dizer ‘inocente’ (Buschendorf, 1988, p. 26), desmascara o mundo dos adultos, revelando-o como um mundo onde reinam as aparências, onde terríveis abismos e turbilhões se escondem por baixo de superfícies lisas (Hurst, 1990, p. 1). Claro que se poderia chamar a isso uma espécie de hipocrisia do lado do autor, contudo, evidentemente, esta aparência enganadora serve muitas vezes para articular uma crítica à sociedade, uma crítica às disfunções, aos abusos de poder, etc. (Spielmann, 2009, p. 65). Para o leitor, isso produz muitas vezes o efeito de confusão, de desorientação ou de desassossego – ou então, como veremos nos nossos dois exemplos – de divertimento o que pode variar da ironia gentil até ao sarcasmo feroz. Azouz Begag, escritor francês com raízes argelinas, que utilizou muitas vezes a perspectiva infantil quando descreveu as dificuldades culturais dos seus jovens protagonistas maghrebins em França, sublinha formalmente o facto que “l’humour permet des balades dans des espaces différents, même antagonistes” e que “c’est aussi un passeport, un laissez-passer pour franchir les règles, les

tabous, les principes.” (Begag, 1993, p. 193). E são mais facilmente concedidas atitudes humorísticas (tanto voluntárias como involuntárias) a uma criança do que a um adulto – o que constitui, aliás, sem dúvida nenhuma, uma das razões do sucesso imenso e duradouro do *Huckleberry Finn*.

Seja como for, é preciso constatar que a perspectiva da criança é sempre uma perspectiva, não exatamente artificial, mas construída, e por isso altamente literária; quer dizer que não será necessário que a psique do protagonista seja bem desenvolvida ou até muito plausível (Pinfold, 2001, p. 6). Através da sua ignorância e da sua ingenuidade, um jovem narrador produz inúmeros Leerstellen (*lugares vazios*) na terminologia de Wolfgang Iser (1971), que o leitor, forçadamente não-ingênuo tem de preencher como pode. Contudo, atrás desta ingenuidade aparente no nível concreto do texto, esconde-se sempre uma perspectiva, uma vontade adulta de demonstrar alguma coisa de maneira mais ou menos indireta. O mundo dos adultos reflete-se amiúde em miniatura, um pouco desfigurado, distorcido, no mundo das crianças e convida o leitor a meditar sobre esse olhar infantil; no fundo sobre basicamente o seu próprio olhar, do qual, no entanto, se distanciou. “The young figure always serves as the expressive vehicle for a more mature perspective, that of the adult author who constructs the child’s character” (Sokoloff, 1992, p. 7) – mesmo que seja extremamente difícil de conseguir a construção de um tal caráter. Porém, uma vez conseguida, a perspectiva da criança é um recurso muitíssimo eficaz para criticar tantas coisas, e, por isso, uma estratégia de primeira qualidade para denunciar problemas de natureza e dimensões diferentes.

Agora para retomar as minhas observações gerais do início, é preciso alargar um pouco o foco desta contribuição. Do grande *corpus* de textos que Margarida Calafate Ribeiro chama de ‘histórias de regressos’ (Ribeiro, 2004, entre as quais textos canônicos como *As Naus* de António Lobo Antunes, *A costa dos murmúrios* de Lídia Jorge, *Autópsia de um mar de ruínas* de João de Melo, *Partes de África* de Helder Macedo, etc.), destaca-se desde algum tempo um novo subgénero, nomeadamente a “literatura dos retornados” (Azevedo, 2015, p. 240). Isto necessita uma breve contextualização histórica que vale, em muitos aspetos, também para as nossas duas autoras. A situação económica de Portugal a partir dos anos cinquenta sob um regime conservador e ditatorial levou uma elevada taxa de mão-de-obra masculina a procurar meios para uma vida melhor fora de Portugal. Como uma possibilidade oficial, legal para fugir à pobreza e à fome ofereceu-se a ida para as Províncias Ultramarinas, que, até então não tinham despertado grande interesse, apesar de uma política que encorajou a povoação dessas terras, desde a Conferência de Berlim (1884/85). “No início do século XX, a população branca de Angola e Moçambique não chegava à dezena de milhar” (Peralta, 2019, p. 319). Portanto, com um desenvolvimento económico muito aliciante depois da Segunda Guerra Mundial, devido a algumas medidas tomadas para mais uma vez estimular a migração para África, notou-se um interesse crescente nessas regiões longínquas e registou-se um considerável aumento do movimento migratório rumo a, sobretudo, Angola e Moçambique, justamente nos anos cinquenta e na primeira metade dos anos sessenta quando – dependendo da perspectiva – os movimentos libertários ou as guerras coloniais já tinham começado (em Angola

em 1961 e em Moçambique em 1964) (Peralta, 2019, p. 319; ali, na nota de rodapé n° 19, também os números a corroborar estas constatações). Isto significa que a maioria dos emigrantes tinha ido para África nas últimas décadas do colonialismo português. Isto é o caso tanto do pai de Isabela Figueiredo que emigrou nos anos cinquenta quanto do pai de Dulce Maria Cardoso que deixou Portugal ao início dos anos sessenta. Numa entrevista, Isabela Figueiredo precisou:

O meu pai sofreu e por isso foi para África, nos anos 1950. Não tinha forma de viver em Portugal, a vida era paupérrima. Nem sequer tinha meios de se casar, para constituir família. Só pediu a minha mãe em casamento a partir de Moçambique, quando encontrou meios de vida. Cá não tinha. (*apud* Sousa Dias, 2018)

É evidente que havia também (uma espécie) de elite social, por exemplo, na administração colonial onde trabalhavam pessoas de camadas sociais elevadas, porém, a maioria de migrantes procurava uma vida melhor em países que precisavam não do seu intelecto, mas da sua capacidade de trabalho manual. Talvez seja significativo neste sentido, que no início tenham sido apenas os homens a emigrar para as colónias, deixando as noivas em Portugal, e só depois de se ter criado uma razoável base económica, tenham mandado vir as futuras esposas. Ambas autoras descrevem a chegada das respetivas mães bem mais tarde que os homens com quem se iriam casar (no caso de Isabela Figueiredo até um matrimónio arranjado) o que significa que temos nos textos sob análise dois exemplos típicos de migrantes para as Províncias Ultramarinas africanas que iriam em busca de melhores condições de vida, prosperaram modestamente (nenhuma das famílias descritas, nem a mais autobiográfica nem a ficcional, era ‘rica’, como insistem os respetivos narradores) e se viram forçados a abandonar esta vida relativamente cómoda de um momento ao outro com a súbita independência formal das ex-colónias portuguesas em África.

De qualquer maneira, fizeram parte dos 500 000 a 800 000 colonos que voltaram das Províncias Ultramarinas depois do dia 25 de abril de 1974, ou seja, entre 1974 e 1979 (Peralta, 2019, p. 317), para os quais o discurso oficial adotou a designação de ‘retornados’. É sabido que esta denominação era (e é) uma espécie de eufemismo criado oficialmente para o decreto n.º 169/75, o qual instituiu também o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, IARN. Antes tinha-se falado também em ‘desalojados’, ‘regressados’, ‘repatriados’, ‘fugitivos’, ‘deslocados’ ou até ‘refugiados’ (Jardim, 2015). O denominador comum de todas essas variantes é o seu teor pejorativo que se ia intensificando durante os primeiros anos da recém-nascida República Portuguesa. Por causa de uma crescente radicalização dos movimentos libertários para com os ex-colonos instalou-se – contrariamente à letra e ao espírito dos acordos de Lusaka, em 1974 e de Alvor, em 1975 que deram a independência às antigas colónias – um clima de recusa total à permanência dos portugueses, um ambiente sempre mais angustiante de perseguição, de violência, de tal modo intolerável, que culminou em poucos meses num ‘salve-se quem puder’ generalizado (Guerra, 2009, pp. 19 ss.). A ideia de permanência, da integração dos portugueses residentes nos novos países independentes, revelou-se rapidamente como uma ilusão. Mais uma vez, é o caso das duas autoras, cujos pais não acreditaram ser preciso deixar o país e abandonar o pequeno

bem-estar que tinham conquistado com o seu suor. Por isso, a maioria dos colonos portugueses era obrigada de fugir precipitadamente Angola e Moçambique através uma ponte aérea mais ou menos improvisada, o que significou para eles que tinham de deixar literalmente tudo. Chegaram, no máximo, com uma mala por pessoa e dinheiro ‘macaco’ que não valia nada em Portugal (Peralta, 2019, p. 318), onde foram recebidos com desconfiança e até hostilidade, “tornando-se no bode expiatório do colonialismo português” (Peralta, 2019, p. 320). Num país, no qual constituíam uma forte concorrência num mercado de trabalho e de habitação muito escasso, tinham, efetivamente, de lutar em várias frentes: sentiam-se traídos pelo novo governo democrático português que – no seu ver – tinha abandonado sem necessidade nenhuma as terras africanas civilizadas à custa do seu suor e sangue; além disto os portugueses da metrópole acusavam-nos de serem racistas e exploradores dos povos indígenas – contra os quais a revolução em Portugal se tinha feito – convictos de que, no fundo, só tinham recebido o que mereciam desde o início. Para os retornados, pelo contrário, os portugueses da metrópole eram uma gente pobre, analfabeta, conservadora e retrógrada que eles olhavam com desdém.

Contudo, os novos dirigentes democráticos de Portugal olhavam para a frente. Em vez de tratar dos assuntos desagradáveis do fim do Império, das guerras coloniais (perdas), da descolonização precipitada, dos retornados, instalou-se algo como uma progressiva invisibilização destes problemas do espaço público (Peralta, 2019, p. 327), e esses acontecimentos “constituíram sempre uma espécie de memória silenciada, uma memória incómoda, difícil de assumir e elaborar pelo novo regime” (Calafate Ribeiro, 2014, p. 81). Durante quase quatro décadas, o tema da descolonização e o fenómeno do retorno de milhares de colonos portugueses das províncias ultramarinas africanas constituiu um tabu absoluto, um lugar de não-dito; em Portugal não se falava das mudanças que ocorreram, elas foram recalçadas, ou como Peralta diz no seu estudo sociológico, “encobertas” (Peralta, 2019, p. 327) pela necessidade de sobreviver, de se integrar na sociedade portuguesa e continuar uma vida mais ou menos normal. O discurso sobre o colonialismo português e a descolonização acabou; não só, porque os portugueses da metrópole se desinteressaram rapidamente, mas também os retornados não gostavam de falar sobre as suas perdas (da terra, da casa, do carro, da vida boa que levavam em África), divididos entre a vergonha de se verem acusados de colonialistas racistas e exploradores e a humilhação de se verem pobres e indigentes numa sociedade que eles consideravam tecnológica e economicamente atrasada e socialmente claustrofóbica. E com Portugal em vias de ser integrado na União Europeia, as preocupações políticas, económicas e sociais foram outras.

Em princípio, isto não é um facto de estranhar, muito pelo contrário: é até um processo comum: “Após períodos de grandes febres – levantamentos, guerras, revoluções, massacres, genocídios – as sociedades acumulam silêncios para que todos os cidadãos prossigam a vida em conjunto”² (Stora, 2008, p. 7). Depois

² “Après des périodes de grandes fièvres – soulèvements, guerres, révolutions, massacres, génocides – les sociétés accumulent des silences pour faire en sorte que tous les citoyens poursuivent

de tais acontecimentos extraordinários ou traumatizantes, os seus protagonistas fecham-se no silêncio e recusam uma discussão pública. Aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial na Alemanha, depois da guerra colonial, tanto em França como na Argélia, etc. Mas são também sempre as mesmas razões e mecanismos que finalmente iniciam um processo de ‘consciencialização’, de – para continuar a metáfora – desencobrimento. Por causa dos vários traumas ligados ao fim do Império e da descolonização, era preciso uma distância temporal para assumir o que aconteceu, e nesse sentido, por exemplo, Assmann fala de ombreiras/fronteras que marcam uma época nova na memória coletiva, e ele considera mais ou menos 40 anos como uma tal ombreira. Depois dos referidos 40 anos, os protagonistas dos acontecimentos traumáticos começam a envelhecer rapidamente e sentem a necessidade de deixar o que viveram às gerações futuras; e com a morte sempre mais iminente dessas testemunhas, a memória viva está ao mesmo tempo ameaçada de extinção (Assmann, 2002, p. 11). E finalmente é talvez a “crise económica e o confronto com a realidade histórica social e económica do país [que] tenham também criado o ambiente necessário para que o silêncio fosse quebrado” (Peralta, 2019, p. 334).

Seja como for, na primeira década do século XXI, finalmente, “os retornados [estavam] a abrir o baú” (Ribeiro, 2010). Havia mais de uma dúzia de publicações sobre o fim do Império português e as suas heranças. Na maioria podem ser classificadas de *marketing da nostalgia* (Azevedo, 2015, p. 240). Trata-se de Francisco José Viegas e o seu *Lourenço Marques* (2002), *Os retornados – três vivências no feminino, num roteiro de África* de Teresa Pizarro (2004), *Deixei o meu coração em África* de Manuel Arouca (2005), *Impressão Digital* de Norberto Vale Cardoso (2005), *Paralelo 75 ou o segredo de um coração traído* de Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira (2006), *Fala-me de África* de Carlos Vale Ferraz (2007), *As sete estradinhas de Catete* de Paulo Bandeira Faria (2007), *Os retornados – um amor nunca se esquece* de Júlio Magalhães (2008), *O último ano em Luanda* de Tiago Rebelo (2008), *Os dias do fim* de Ricardo Saavedra (2008), *A balada do ultramar* de Manuel Acácio (2009), *Retornados – o adeus a África* de António Trabulo (2009) *Angola, a terra prometida – a vida que os portugueses deixaram* de Ana Sofia Fonseca (2009), *Caderno de memórias coloniais* de Isabela Figueiredo (2009), *O retorno* de Dulce Maria Cardoso (2011) e ainda *O último retornado* de Júlio Borges Pereira (2012). Na mesma altura surgiram estudos jornalísticos e histórico-sociais como o de Fernando Dacosta, *Os retornados estão a mudar Portugal* (a atualização dum trabalho de 1984, reeditado em 2013), *Voltar – memória do colonialismo e da descolonização* de Sarah Adamopoulos (2012) ou *Os que vieram de África* de Rita Garcia (2012). E também os media descobriram o tema: destacam-se o filme *Tabu* de Miguel Gomes (2012), as séries *Regresso a Sizalinda* (2010) ou *Depois do adeus* da Rádio Televisão Portuguesa de 2013, ou o programa *webradio* intitulado *Memória – depois do adeus, começar de novo* (2012).

Sobretudo com a grande maioria dos textos literários, Margarida Calafate Ribeiro é categórica:

leur vie ensemble”.

A gestão de saudade que esta onda literária e testemunhal tem marcado no panorama literário português traz contudo uma novidade – denuncia também, mal ou bem, que para se perceber o Portugal atual se tem de fazer a viagem de retorno a África [...], ora escrevendo a busca do paraíso perdido que não poderá lá estar porque nunca existiu a não ser na imaginação, ora na efabulação de uma *África Minha* que nunca tivemos. Nesta literatura a imagem geral é a de uma visão do colonialismo como um conjunto de imagens sépia que testemunham um passado perfeito e imaculado em que todos eram felizes. (Calafate Ribeiro, 2012, p. 92)

Excetua apenas duas obras que são justamente *Caderno de memórias coloniais* de Isabela Figueiredo e *O retorno* de Dulce Maria Cardoso que são as únicas a testemunhar uma reflexão sobre a violência política e social do que foi o colonialismo português. E isso, parece-me, tem a ver com o facto de elas serem as únicas autoras, de entre todas estas obras escritas, de narrativas a partir duma perspetiva de criança, quer dizer sob um olhar à superfície inofensivo, mas ao mesmo tempo altamente e implicitamente crítico.

Os dois textos sob análise têm um fundo autobiográfico, quer dizer são baseados em experiências pessoais. No que diz respeito a *Caderno de memórias coloniais*, a própria autora é um pouco ambígua. Numa resposta à pergunta de como a obra deveria ser lida, Isabela Figueiredo respondeu: “It is an autobiography, tout court” (Gould, 2010, p. 136); mas na mesma altura insiste na ‘literaricidade’ do seu texto, fala em “literary construction” ou no “literary freedom to include [...] a certain subjectivity” (Gould, 2010, p. 137).

E finalmente sustenta: “mas o livro também ficciona para dizer a verdade.” (Figueiredo, 2016, p. 11). Em *O retorno*, apesar de ser “uma ficção inspirada na história pessoal de Dulce Maria Cardoso, mas que de maneira nenhuma se reduz a ela” (Gomes, 2015), o fundo autobiográfico é menos óbvio, visto que já o género do protagonista (trata-se de um rapaz adolescente) mudou. Nesse respeito, é muito mais um texto construído, literário. Mas Cardoso afirma também: “Tinha onze anos [no momento do retorno]. Fui a minha primeira personagem. Achei sempre: vou contar isto.” (Gomes, 2015). A característica que une essas duas obras é a utilização da perspetiva da criança e vamos ver que uso as duas autoras fazem deste truque – aliás, como já disse – altamente literário, sendo esta perspetiva sempre uma construção propositada. Justamente, Isabela Figueiredo está consciente disso:

In a way, as a child, I was deprived of voice and power, and thus positioned me in the same margin as the blacks. [...] The way in which a child lives the reality that surrounds her is not unworthy of attention. It might even be more accurate than that of an adult, because it is less burdened by prejudices and other mental constructions” (Gould, 2010, p. 137).

Abordemos, primeiramente, as opiniões e atitudes dos dois protagonistas sobre a situação nas respetivas colónias. A protagonista do *Caderno de memórias coloniais* (*Cad.*) é uma menina a caminho da adolescência, que tem entre os sete e os treze anos de idade no texto; aos 12 anos regressa de Moçambique, onde nasceu, a Portugal. É a partir da sua perspetiva de “filha do electricista” (*Cad.* p. 116) que o leitor percebe a situação durante os últimos anos do Império em

Moçambique. A menina toca em vários assuntos, dos quais vou realçar a relação entre brancos e “pretos”, como a percepção da guerra de independência e a independência finalmente obtida.

As relações entre negros e brancos são caracterizadas por um racismo muito marcado da parte dos colonos brancos. O pai da menina tem inúmeros empregados “pretos”, porque empregados brancos custariam o dobro ou até o triplo dos ordenados que ele paga aos seus trabalhadores pretos. Infelizmente, e aqui a ironia (involuntária?) da descrição salta aos olhos, o trabalho da ‘pretalhada’, da ‘negralhada’, dos ‘sacanas dos pretos’ tem de ser constantemente controlado, porque são uns preguiçosos que só se querem estiraçar no pulguedo da esteira, comer e sobretudo beber e põem as suas mulheres a trabalhar para eles. Por isso, é preciso “uns sopapos e uns encontrões bem assentes pela mão larga, mais uns pontapés, enfim, uma porrada pedagógica, o que fosse necessário à fluidez do trabalho.” (*Cad.* p. 48). Além disso, os (hipotéticos) empregados brancos não tinham “a mesma força da besta, resistência e mansidão.” (*Cad.* p. 48). Como o pai, a filha acha: “Carregassem. [...] Eles aguentavam. Tinham força [...] Era da raça.” (*Cad.* p. 88). O facto dos brancos mandarem nos pretos “era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto.” (*Cad.* p. 49). É o que a rapariga aprende e repete sem pensar nisso desde pequena. Também sabe perfeitamente que há duas culturas bem distintas: os pretos falam línguas diversas (desvalorizadas como “ladainha incompreensível do landim falado”, *Cad.* p. 50), as suas músicas são diferentes (*Cad.* p. 50) e têm outra maneira de construir casas: “Rebocaram-na, e para ali ficou sem muro, sem pintura à preto. Porque é que não pintavam a casa? Porque eram pretos. Acabava a explicação.” (*Cad.* p. 132). Nesta última pequena frase nota-se uma dúvida, um não estar de acordo com a explicação dada, mas que só muito mais tarde cresce numa crítica acérrima dessas tentativas de “civilizar os macacos.” (*Cad.* p. 211).

A determinada altura, a protagonista faz o esboço de um preto bom: Trata-se de Manjacaze, uma espécie de porteiro. A rapariga imagina-o (aliás sem pestanejar, de tal forma acha natural), fazendo duas ou três horas de caminho, ida e volta, cada dia, da sua palhota até ao prédio onde trabalha, ocupando-se do lixo (evidentemente no elevador de serviço), da limpeza, da resolução de todos os problemas do prédio. A recompensa desses trabalhos baixos, mais o sorriso permanente, mais os ‘muito obrigado patrão’, ‘muito obrigado senhora’ mais as constantes vénias servis, são “as sobras do pão do dia anterior, restos da comida, a roupa rasgada, velha que tinha deixado de nos servir. De vez em quando, porque eramos católicos e bons – Páscoa, Natal, Entrudo – uma garrafa de vinho ou aguardente, uns fritos da minha mãe.” (*Cad.* p. 73). A menina sente que há aqui uma coisa errada, até pensa que “Manjacaze ajudou-me a acreditar na espécie humana, nos que apesar de humilhados na hierarquia mantinham a dignidade sobre todas as coisas, e a valorizavam como invisível posse sagrada” (*Cad.* p. 73), mas “naquela altura, ainda acreditava em tudo” (*Cad.* p. 73), como a narradora adulta nota com uma certa amargura. Porém, há também uma longa descrição de um preto “má rês” (*Cad.* p. 90), preguiçoso: chama-se Ernesto, e é um empregado do pai, que não vinha trabalhar há três dias: “Vivia da preta. Não pensava na vida, no futuro, nos filhos. Só queria descansar, dormir, dançar, cantar, beber,

comer, viver vida boa.“ (Cad. p. 90). Finalmente o pai, acompanhado da filha – que se torna desta maneira testemunha da cena – vai à procura dele na sua palhota com gritos, porrada e safanões, porque “era absolutamente necessário ensinar os pretos a trabalhar [...]. [...] Havia muito a fazer pelo homem negro, cuja natureza animal deveria ser anulada – para seu bem” (Cad. p. 90s.), o que ecoa o discurso colonial oficial, que a criança sente por instinto completamente errada: recusa as ofertas do pai de ir beber uma coca-cola depois desta cena violenta: “Olho-o, não respondo. Aquele homem não é o meu pai.” (Cad. p. 93).

A síntese dessa distinção entre preto bom e preto mau constitui a descrição do final do dia do sábado, quando o pai paga semanalmente aos seus trabalhadores. Classifica-os em três categorias: “os desenrascados, os mandriões e os assim assim.” (Cad. p. 75). A protagonista, apesar de partilhar o nervosismo do pai, gosta da situação, de ver reunidos todos os trabalhadores do seu querido pai, que para ela é como uma peça de teatro altamente dramática. Ela sabe que o pai não é justo para com a gente e os seus salários, que tem maneiras totalmente arbitrarias ou até despóticas, quando insiste que “as regras do sábado ao cair da tarde [...] eram só duas: receber e calar” (Cad. p. 77) e se não aceitavam as decisões do pai “havia milando.” (Cad. p. 78). Aí também, apesar de gostar do espetáculo em si, a filha não está de acordo com ele; nota que fica quase doente quando constata: “O meu pai tinha o condão de transformar os finais dourados das tardes de sábado num poço escuro de medo e raiva. Num doença.” (Cad. p. 78)

Contudo, num certo ponto, ela também cai neste racismo estrutural do qual acusa o pai. Dá uma bofetada numa colega de turma, nem se lembra por que motivo. E estava perfeitamente consciente que era uma bofetada premeditada. Ela sabia que podia bater na rapariga impunemente, porque era uma mulata que não tinha meios nem possibilidade de retaliar a ofensa corporal. E apesar de se sentir muitíssimo mal, sabendo que tinha cometido uma infâmia para com uma pessoa que – não sendo branca – nem podia queixar-se, a protagonista não se lembra de ter pedido desculpa à vítima da sua maldade (Cad. p. 94s.).

Um tema dominante do texto, com o qual aliás começa, é o sexo. Aqui também, a perspectiva da criança serve para atenuar a rude realidade tanto física como linguística. No que diz respeito a isso, a menina – sem realmente entender grande coisa – adota tanto a atitude como o discurso das mulheres brancas, quer dizer, da sua mãe e das suas amigas, que falam dessas coisas abertamente, julgando que a pequena de dez anos não compreende o que estão a falar (Cad. p. 45). Isto reflete-se, desde o início, na frase “diziam as mulheres dos brancos” (Cad. p. 38) quando falam do facto de seus maridos irem às pretas que têm uma sexualidade muito mais livre do que elas mesmas – o que consideram como quase uma bestialidade (Cad. p. 39). Para elas, este facto constitui também uma espécie de válvula que as dispensa do cumprimento demasiado frequente das suas obrigações matrimoniais, mesmo se gostavam. Aliás, ninguém pensa, por exemplo, nas consequências dessas relações sexuais, “porque uma negra não reclamava paternidade. Ninguém lhe daria crédito.” (Cad. p. 40). É a segunda frase que remete ao racismo desta situação; que os brancos nunca aceitariam a responsabilidade dos seus atos. Além disso, há uma cena hilariante quando a rapariga, que tem na altura sete ou oito anos joga “a foder” (Cad. p. 54) com um menino

da vizinhança, “obviamente branco, filho de vizinhos de confiança, gente boa da metrópole” (*Cad.* p. 54). É ele, o Luisinho, rapaz de boa família, que a convida a esse jogo: despem-se e põem-se um sobre o outro sem mais nada, porque efetivamente nem um nem o outro fazem ideia de como isso funciona; infelizmente, o pai da menina surpreende-os no meio do jogo, e “segundos antes da pancada, tinha já a certeza absoluta que foder era proibidíssimo” (*Cad.* p. 56). A perspectiva da criança ameniza (o facto de) a sexualidade brutalmente assimétrica entre brancos e pretas e sobretudo o falar muito cru sobre ela.

Um último ponto que quero tratar é a perceção da guerra colonial/de independência. Na vida quotidiana, é quase ausente. “A guerra era no Norte” (*Cad.* p. 104), e não se sabe nada sobre ela. Tendo um primo que faz o serviço militar em Moçambique, a protagonista está consciente que havia tropas, mas o que faziam exatamente, ninguém sabe, talvez estejam lá pelos quartéis a fazer a tropa, talvez a fazer ações de propaganda ou a “dar uns encostos nos negros que não se portassem bem, o que era normal.” (*Cad.* p. 105). Nas suas reflexões a respeito dessa guerra espelham-se também as tagarelices das pessoas que, no fundo, não se sentem implicadas nessas coisas. Só depois da independência, quando vê “a negralhada” jogar futebol com cabeças de brancos que de vez em quando precisam de ser remendadas com trapos, antes de serem substituídas por outra, ainda menos amolecida (*Cad.* p. 120), a protagonista percebe que algo de grave aconteceu. Regista que os adultos consideram a independência sob controle africano como a maior catástrofe possível, mas, por exemplo, ela gosta de trabalhar durante quase um ano como assistente de professora nos programas de alfabetização do governo FRELIMO, porque, como menina de quase doze anos, se sente importantíssima neste papel (*Cad.* p. 146).

Rui, o protagonista de *O retorno* (*Ret.*) é um adolescente com uma idade não exatamente definida, em plena puberdade, que volta de Angola a Portugal, onde tem de assumir a responsabilidade do homem em casa para a mãe e a irmã, porque o pai foi detido em Angola. Já fuma às escondidas e as conversas com os amigos Lee e Gegé giram em volta duma bicicleta nova, de raparigas, de primeiros beijos e primeiras tentativas de sexo com pretas. Sonham ser um dia pilotos de Concorde, comandantes de navio ou espões (*Ret.* p. 44). Apesar da ação do romance se desenvolver em grande parte em Portugal, a memória de África, das coisas domésticas, banais, de todos os dias é muito viva e domina ainda a imaginação do rapaz. Sobretudo no que diz respeito à situação histórica em Angola, ele muitas vezes articula, que não compreendeu/compreende algumas coisas, mesmo quando repete frequentemente o que ouve os mais velhos dizer.

A sua atitude para com os “pretos” é muito ambígua. Dum lado, as expressões desdenhosas e as opiniões sobre eles assemelham-se aquelas do *Caderno de memórias coloniais*: os brancos falam em “pretalhada e mulatagem” (*Ret.* p. 28), dos quais ninguém tem medo (o que, aliás, não é verdade v. *Ret.* p. 18). A certa altura, Rui tenta explicar:

o problema é que eles não têm cabeça, eles são os pretos [...]. Os pretos. A não ser que se queira explicar o que são, aí é o preto, o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como os lagartos, o preto é arrogante, se caminha de cabeça baixa é só para não olharem para nós, o preto é burro, não entendem o que se lhes diz, o preto é

abusador, se lhes damos a mão querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horas a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer, é preto e já se sabe do que a casa gasta. (*Ret.* p. 25)

Isto é visivelmente a doutrina das pessoas adultas que Rui aceita e recita sem refletir. Além disso, não sabem ler, falam um português miscigenado, e chamar-lhes “pretos de merda” nem era um insulto no seu ver (*Ret.* p. 49). Por ocasião de um jogo de futebol, os amigos espancam um preto por não ter aceitado esta ofensa: “Eu e o Gegé segurámos no preto e o Lee deu-lhe um murro bem assente no estômago. O preto saiu do campo a cambalear, espero que tenha aprendido a lição disse o Lee.” (*Ret.* p. 50) Os jovens não pensam nem na injustiça da situação de serem três contra um, nem que este ato de violência acontece no contexto das relações racistas entre preto e branco. E até a irmã de Rui, Milucha, detesta os seus caracóis louros, por se parecerem com cabelos de preta (*Ret.* p. 15).

Mas neste texto, como referi, a atitude de Rui e dos brancos em geral para com os “pretos”, é ambígua, ou mais precisamente, muda depois do 25 de Abril, porque ele(s) sabe(m) perfeitamente que agora são eles, os pretos, a rir-se da insegurança, do pânico que inspiram doravante aos brancos (*Ret.* p. 8). Agora são eles que mandam e mesmo o pai – para Rui literal e metaforicamente um gigante (*Ret.* p. 22), que nunca chamava os pretos por outro nome que matumbos (*Ret.* p. 21) – mostra, sem ter a intenção de o fazer, o medo que sente quando uma patrulha de soldados pretos visita a casa onde mora a família branca, à procura de um delinquente (*Ret.* p. 55). A situação é muito tensa e acaba com a detenção do pai por porte de arma (*Ret.* p. 57). O protagonista não compreende nada do comportamento do seu pai, pensa que a sua causa seja a sua intenção de deitar fogo à casa e à garagem adjacente – o que era proibido e ilegal – mas o pai simplesmente não faz ideia de como lidar com a situação de ser ele o fraco que, pela primeira vez, se encontra numa posição inferior. Um professor de português que depois do 25 de Abril elogia a nova situação em Angola, porém, é um professor novo, de cabelo comprido que cheirava a liamba, cantava o Monangambé, comporta-se “como se fosse um preto” (*Ret.* p. 46), o que os adolescentes acham escandaloso.

Há até um representante da nova era na família do protagonista: o tio Zé, um irmão da mãe, que veio para Angola como soldado português; mas, já então, os tropas portuguesas são considerados uns traidores reles que fazem troça da disciplina militar, bebem em público e só esperam pelo seu retorno para a metrópole (*Ret.* pp. 11s.). Rui não compreende, por que razão esse tio quer ficar em Angola, ajudar a construir uma nova nação. O tio é um comunista confesso que, todavia, não é considerado um verdadeiro homem, porque cora como as raparigas (*Ret.* p. 39), chora – o que os homens não fazem (*Ret.* p. 40) – e não se sabe exatamente se talvez não seja homossexual (*Ret.* p. 42), o que desacredita os seus sonhos anti-imperialistas, sobretudo aos olhos do rapaz. O tio Zé sabe as cantigas revolucionárias, tem cartão de partido, aprende quimbundo, mas a única coisa que impressiona realmente a turma de amigos, é o facto de ele passear num Chevrolet Camaro “que foi confiscado a um dos exploradores colonialistas que se foram embora” (*Ret.* p. 47), o que imita desta vez, o discurso socialista. Quando o pai e o tio discutem as suas opiniões muitíssimo divergentes sobre esse assunto,

um louvando esses soldados como “heróis antifascistas e anticolonialistas”, o outro protestando que deveriam antes de mais nada ser “antiputas, anticerveja e antiliamba” (*Ret.* p. 12), Rui escuta e regista tudo atentamente, mas no fundo não compreende do que estão a falar exatamente. Quer dizer que os jovens adoptam sem refletir a nova linguagem, como tinham aceiteado os ditos colonialistas, que no fundo também não faziam parte de seu imaginário quotidiano.

No que diz respeito ao fim da guerra colonial, a grande maioria dos adultos previdentes, ou como diz o Rui, “os mais espertos” (*Ret.* p. 28), foram-se embora a tempo, conseguindo dessa maneira salvaguardar uma parte razoável dos seus haveres que enviaram para Portugal por navio. Também a mãe e a irmã de Rui tinham querido sair quando as primeiras pessoas começaram a partir. Mas o pai acreditou na possibilidade de um futuro da família em Angola, sob governo branco e Rui lembra uma discussão acerba sobre esse tema, quando o vizinho mais esperto, o Sr. Manuel, previu no dia 31 de dezembro de 1974 que a situação atual iria piorar ainda muito mais, facto que Rui confirma imediata e secamente: “Foi.” (*Ret.* p. 29). E lentamente, para o protagonista e os seus amigos torna-se evidente a certeza de que “Angola acabou. A nossa Angola acabou.” (*Ret.* p. 14). Agora Rui e a irmã têm de escolher o que embalar na única mala que podem levar: Rui opta pelo poster de Brigitte Bardot e o da Riquita com o autógrafo, e Maria de Lurdes não sabe se levar duas fotonovelas (*a Dama das Camélias* e *Romeu e Julieta*) ou os discos do Percy Sledge e da Sylvie Vartan (*Ret.* p. 20). É um trecho que mostra de maneira conspícua como o protagonista ainda não está à altura da situação que está a viver.

Uma vez chegados em Portugal, os protagonistas dos dois livros, veem-se confrontados com uma realidade para a qual não eram preparados de modo nenhum. A filha do electricista chega um dia muito frio (“cinza, chuva, lama” *Cad.* p. 195) no final de novembro de 1975. Ela tem familiares que estão a espera dela, apesar de nunca a terem visto, e que a levam para Caldas da Rainha. Este Portugal rural é descrito através de seus olhos de menina como um cenário catastrófico: tudo é atrasado, pobre, escuro, frio; toda a casa, o mobiliário, a comida, os vestidos parecem-lhe baratos ou até completamente sem valor. A imagem que sintetiza a sua impressão geral é o “tapete de merda [das galinhas]” (*Cad.* p. 175) que cobre o corredor de acesso da casa da avó e que, colado aos sapatos (como pensa a rapariga) se alastra pela casa e pela sua vida toda (*Cad.* p. 176). Os costumes como terrinas pintadas e almofadas bordadas, completamente inúteis, mas mesmo assim indispensáveis em cada enxoval (*Cad.* p. 195) – são fora do tempo. A televisão é a branco e preto, os filmes (*Heidi* e *Tarzan*) passados de moda (*Cad.* p. 195). Um pouco mais tarde, a protagonista resume ainda a partir da perspectiva de menina: “A metrópole era suja, feia, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. Feios, cheios de cieiro, e pele de galinha, as extremidades do corpo rebentadas de frio e excesso de toucinho com couves. Que triste gente.” (*Cad.* p. 199). Contudo, permitiam-se julgar e falar dos retornados como “preguiçosos de merda”, “insignificantes cabrõezinhos” (*Cad.* p. 199), “príncipes que perderam o trono” (*Cad.* p. 200) etc., sem conhecer uma mínima parte das vidas que aqueles retornados viveram na realidade africana. É só sob a proteção da pers-

petiva infantil que se podem articular abertamente acusações deste tamanho e só nos últimos breves capítulos do livro temos a perspetiva da autora agora adulta que reflete sobre o que se passou, com maior moderação e pertinência, e constatando, porém, que a atitude racista dos pais nunca mudou nem por um momento até à sua morte.

Teoricamente, Rui, o protagonista de *O retorno*, teria ele também familiares em Portugal, sobretudo do lado da mãe, que – ao contrário do pai, que não tinha absolutamente nada, senão fome e piolhos (*Ret.* p. 30) – sempre se gabou de ter duas terras na metrópole (*Ret.* p. 11). Em Angola, Rui e a irmã tinham de aprender, como na catequese, os nomes e relações entre os membros da família os quais tinham nomes ainda “mais esquisitos do que os pretos, Ezequiel, Deolinda, Apolinário.” (*Ret.* p. 34). Riram dos muitos erros que aqueles parentes longínquos faziam nas suas cartas e da barba e do bigode da avó (*Ret.* p. 35); para eles, era um mundo completamente afastado, desconhecido, e no fundo troçavam destas saudades do país natal da mãe. Porém, ao contrário da família do *Caderno de memórias coloniais*, os familiares da mãe não respondem às cartas que ela lhes escreve desesperadamente e Rui comenta ironicamente: “para isso já não tenho explicação, aqui os carteiros não são pretos nem há guerra” (*Ret.* p. 99); isto é uma coisa que não compreende e a consequência que tira é que, no seu caso, “não há sequer um familiar que goste de nós o suficiente para nos querer em casa.” (*Ret.* p. 124). Evidentemente, todas as afirmações de benevolência e afeto das cartas para Angola eram vãs. Ele e os amigos que faz no hotel de cinco estrelas no Estoril, onde vive com 336 outros retornados, acham que a metrópole é um mundo degradado. Já sabiam que nem havia cinemas ao ar livre como em Luanda (*Ret.* p. 21) – o que constituiu a primeira dúvida acerca da qualidade de vida na metrópole – mas a realidade que vivem em Portugal não tem absolutamente nada a ver com os coisas que lhes foram ensinadas na escola (colonialista) ou com as narrativas nostálgicas da mãe que nunca gostou verdadeiramente da vida em África (*Ret.* p. 77). Muito pelo contrário: eles acham a metrópole atrasada, acanhada e suja, com ruas estreitas e cheias de buracos. Lembrem-se do mapa na escola onde Portugal não parecia ser um país pequeno parece-lhes um escárnio; a televisão é pequenina, a preto e branco, de má qualidade (*Ret.* p. 88), o espaço no hotel é reduzido, a comida é de qualidade inferior (*Ret.* p. 87). Do outro lado, Rui observa que para a gente da metrópole, os retornados têm má fama, são quase como os selvagens com os quais conviviam (o discurso da diretora do hotel implica isso claramente, v. *Ret.* p. 69), e os empregados do hotel não gostam de servir os “exploradores de indígenas” que perderam tudo por sua própria culpa e nem merecem estar num hotel de cinco estrelas e ser servidos, ainda por cima (*Ret.* pp. 91s.). É pois, opinião comum que os retornados querem roubar os empregos aos residentes na metrópole, que estão a desgastar os hotéis de luxo e “destruir a linda metrópole que nunca vai ser a mesma.” (*Ret.* p. 189) – o que para ele é um disparate flagrante.

O que afeta Rui pessoalmente é o facto de as raparigas da metrópole não quererem nada com os jovens retornados, por eles terem supostamente um comportamento sexual imoral e possivelmente terem ido já – em idade tenra – com as pretas para a cama as quais lhes teriam ensinado coisas indizíveis (*Ret.*

pp. 202ss.). Isso vale também, aliás, para as jovens retornadas que têm má fama por usar saias curtas, fumar nos cafés e, muito provavelmente, “terem ido com os pretos” (*Ret.* p. 143). A sua imagem masculina é prejudicada também pelo clima da metrópole. O jovem narrador já percebera que o calor do verão em Portugal era diferente do calor africano (*Ret.* p. 98); contudo, com a chegada do outono e sobretudo com o começo do inverno faz um frio horrível, que não tem nada a ver com as fotografias ou os postais bonitos com neve nos telhados. Por isso, os retornados são equipados com roupa de inverno. Infelizmente, é roupa que vem de doações da América, do Canadá e da Alemanha, com tamanho raramente adequado; tudo é grande demais, as cores são gritantes, há casacos cheios de franjinhas, outros são casacos de bombeiros, “parecemos uns palhaços” (*Ret.* p. 149). A ele coube-lhe um casaco branco com a inscrição ‘Didja’, do qual tem uma vergonha imensa e que se torna a sua alcunha; mas desde que uma rapariga da qual gosta acha giro este casaco, reconcilia-se com o vestuário bizarro (*Ret.* p. 146s.). Finalmente, no fim do ano de 1975, o pai regressa do cativo em Angola e Rui pode reentrar no seu papel de filho. A família, assim reunida, parte do hotel de cinco estrelas no Estoril ainda quase um ano mais tarde. Rui tem explicitamente medo “de deixarmos de ser uma família entre famílias de retornados no hotel e passarmos a ser uma família de retornados entre as famílias de cá.” (*Ret.* p. 267).

Resumindo brevemente, pode-se constatar o seguinte: tal como a filha do eletricitista, a protagonista do *Caderno de memórias coloniais*, o narrador de *O Retorno*, Rui, conta uma história difícil que muita gente não queria ouvir (o que ficou claramente demonstrado pelas reações aos livros publicados, tanto do lado dos que regressavam das colónias, como do lado dos residentes da metrópole). Porém, a razão pela qual estas histórias vergonhosas e embaraçosas, cómicas e trágicas, ingénuas e cruéis puderam ser contadas na altura, foi o uso da perspectiva da criança. Sem esse procedimento narrativo, sem essas vozes de fora, da margem, ingénuas e inocentes, nem teria sido possível abordar estes temas, os quais constituem até hoje feridas ainda mal saradas em Portugal. Os dois jovens narradores criticam implicitamente, sim, mas sem poupar nada aos seus leitores, uma determinada situação, tanto nas Províncias Ultramarinas como em Portugal depois da Revolução dos Cravos, sem, contudo, levantar alguma vez um dedo moralizador.

Referências bibliográficas

- Assmann, J. (2002). *Das kulturelle Gedächtnis*. München: Beck.
- Azevedo, I. (2015). A palavra dos “retornados” nas entrelinhas da descolonização: *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, e *Os retornados – um amor nunca se esquece*, de Júlio Magalhães. In D. Wieser & E. Rodrigues-Moura (Eds.), *Identities em movimento. Construções identitárias na África de língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal* (pp. 239-251). Frankfurt/Main: TFM.
- Barth, M. (2009). *Mit den Augen eines Kindes. Narrative Inszenierungen des kindlichen Blicks im 20. Jahrhundert*. Heidelberg: Winter.
- Begag, A. (1993). L’humour à la rescousse. In D. Escarpit & B. Poulou (Eds.), *Le Récit d’Enfance. Enfance et Écriture* (pp. 192-194). Paris: Éditions du Sorbier.
- Buschendorf, C. (1988). *Mit Kinderaugen. Zur Perspektivtechnik bei William Faulkner, Carson MacCullers und Flannery O’Connor*. Würzburg: Königshausen & Neumann.

- Calafate Ribeiro, M. (2004). *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Calafate Ribeiro, M. (2012). O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura contemporânea portuguesa. In E. Brugioni, J. Passos, A. Sarabando & M.-M. Silva (Eds.), *Itinerâncias. Percursos e Representações da Pós-Colonialidade/Journeys: Postcolonial Trajectories and Representations*. Húmus: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos
- Calafate Ribeiro, M. (2014). Fantasmas íntimos: Interrogações identitárias em narrativas contemporâneas portuguesas In V. Abrego, A. Burgert, & C. Sieber (Orgs.). *Nación y migración. España y Portugal frente a las migraciones contemporáneas*. Hildesheim: Olms.
- Cardoso, D. M. (2011). *O retorno*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Dumas, C. (2017). Introduction. In M. A. Darbord (Dir.), *Outras Margens – A vitalidade dos espaços da língua portuguesa. Autres Marges – La vitalité des espaces de langue portugaise*. Bruxelles: Peter Lang.
- Figueiredo, I. (2015). *Caderno de memórias coloniais*. Alfragide: Caminho.
- Fischer, A. (1992). *Inszenierte Naivität*. München: Fink.
- Genette, G. (1972). *Figures III*. Paris: Seuil.
- Gomes, K. (2015). Há retornados que acham que sou uma traidora. *Público*, 17/09/2015. <https://www.publico.pt/2015/09/17/culturaipsilon/noticia/dulce-1708071> (Acesso de 17/01/2021)
- Guerra, J. p. (2009). *Descolonização portuguesa. O regresso das caravelas*. Lisboa: Oficina do livro.
- Gould, I. (2010). A daughter's unsettling auto/biography of colonialism and uprooting: a conversation with Isabela Figueiredo. *Ellipsis*, 8, 133-145.
- Hurst, M. J. (1990). *The Voice of the Child in American Literature. Linguistic Approaches to Fictional Child Language*. Lexington, Ky.: The University Press of Kentucky.
- Iser, W. (1971). *Die Appellstruktur der Texte. Unbestimmtheit als Wirkungsbedingung literarischer Prosa*. Konstanz: Universitätsverlag.
- Jardim, M. N. (2015). Bravos “retornados”, refugiados, deslocados, espoliados... In <http://retornadosafrica.blogspot.com/> (Acesso de 31/12/2020).
- Madureira, L. (2008). Nation, Identity and Loss of Footing: Mia Couto's "O Outro Pé da Sereia" and the Question of Lusophone Postcolonialism. *NOVEL: A Forum on Fiction*, 41, 200-228.
- Mendes, A. C. (2017). Remembering and fictionalizing inhospitable Europe: The experience of Portuguese retornados in Dulce Maria Cardoso's *The Return* and Isabela Figueiredo's *Notebook of Colonial Memories* In: *Journal of Postcolonial Writing*. https://www.academia.edu/34323838/Remembering_and_fictionalizing_inhospitable_Europe_The_experience_of_Portuguese_retornados_in_Dulce_Maria_Cardosos_The_Return_and_Isabela_Figueiredos_Notebook_of_Colonial_Memories (Acesso de 31/12/2020).
- Peralta, E. (2019). A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação. *Análise social*, 231, liv (2.0), 310-337.
- Pinfold, D. (2001). *The Child's View of the Third Reich in German Literature*. Oxford: Clarendon Press.
- Ribeiro, R. (2010). Os retornados estão a abrir o baú. *Público, Caderno Ípsilon*, 12/08/2010.
- Sokoloff, N.B. (1992). *Imagining the Child in Modern Jewish Fiction*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Sousa Dias, A. (2018). Isabela Figueiredo: Em Portugal o racismo está na cabeça de cada pessoa. *Diário de Notícias*, 17/08/2018.
- Spielmann, M. (2009). *Aus den Augen eines Kindes. Die Kinderperspektive in deutschsprachigen Romanen seit 1945*. Innsbruck.
- Stora, B. (2008). Préface. In p. Blanchard, & I. Veyrat-Masson (Orgs.). *Les guerres de mémoires. La France et son histoire* (pp. 7-13). Paris: La Découverte.

Resumo

A perspetiva de criança é um procedimento narrativo usado, muitas vezes, para articular críticas diversas. Por causa da sua proveniência das margens da sociedade na qual vive, o ponto de vista de uma criança que não tem os conhecimentos requeridos para avaliar corretamente uma

situação, é ingénuo, inocente, etc. Isto tem um certo impacto sobre o leitor que normalmente está disposto a conceder um maior grau de credibilidade e veracidade às histórias contadas por crianças. Tanto Isabela Figueiredo em *Caderno de memórias coloniais* como Dulce Maria Cardoso em *O retorno* utilizam esta perspetiva da criança para descobrir com ironia gentil, humor às vezes sarcástico e não-compreensão evidente as atitudes racistas dos emigrantes portugueses em África nas vésperas do colapso do sonho imperial, assim como os difíceis princípios de uma vida nova na antiga metrópole depois do retorno de mais de meio milhão de colonos das antigas colónias africanas.

Abstract

A child's perspective is a narrative device frequently used to articulate any sort of criticism. Due to the fact that a child's point of view comes from the margins of the society it lives in, has only imperfect knowledge to correctly assess a situation, is naive, 'innocent' and so forth, it has a certain impact on the reader, to the effect that he is willing to grant a certain credibility and authenticity to a story told by a child. Isabela Figueiredo in *Caderno de memórias coloniais* and Dulce Maria Cardoso in *O retorno* both use the perspective of a child to unmask with gentle irony, sometimes sarcastic humour and evident non-understanding, the racist attitudes of the Portuguese colonialists in Africa on the eve of collapse of the imperial dream, as well as the difficult beginnings of a new life in the old metropolis after the return of more than half a million Portuguese settlers from the former African colonies.